

**RtPaut no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.542.302 - SP
(2019/0203692-1)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
REQUERENTE : COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS ZANON - SP163266
MARCO VANIN GASPARETTI - SP207221
THIAGO SILVEIRA ANTUNES - SP271298
NAYARA RIBEIRO SILVA - DF046074
DIEGO HERRERA ALVES DE MORAES - SP295549A
BEATRIZ HOMEM DE MELLO BIANCHI - SP319124
CAMILA STRAFACCI MAIA TOSTES - DF060668
SOC. de ADV. : MUNDIE E ADVOGADOS
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO SUL
ADVOGADO : SERGIO RICARDO CAMPOS LEITE - SP164785

DECISÃO

Trata-se de petição apresentada pela Companhia Paulista de Força e Luz em que manifesta oposição ao julgamento virtual do agravo em recurso especial.

Nos termos do art. 184-A do RISTJ, podem ser submetidos ao julgamento virtual os seguintes recursos: embargos de declaração (inciso I); o agravo interno (inciso II); agravo regimental (inciso III).

As partes podem em cinco dias úteis, contados da publicação da pauta de julgamento no Diário da Justiça eletrônico, de forma fundamentada, expressar a sua não concordância com o julgamento virtual, bem com poderão, por meio de advogado, apresentar memoriais (art. 184-D, parágrafo único, I e II, do RISTJ).

Nessa sistemática, há um interstício de sete dias corridos para que os membros do Órgão colegiado decidam, bem como é possível que qualquer integrante do Órgão Julgador expresse não concordância com o julgamento virtual (arts. 184-E e 184-F, § 2º, do RISTJ).

Como se percebe, no julgamento virtual, as normas regimentais garantem o respeito ao contraditório e à ampla defesa, assegurando aos advogados das partes apresentarem memoriais que auxiliem no esclarecimento das questões de fato e de direito que emergem do caso concreto (AgInt nos EAREsp 369.513/GO, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 26/6/2019).

Ante o exposto, **indefiro o pedido.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator